

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA YARA SOBREIRA SILVA

**INTERSECCIONALIDADES EM PROCESSOS DE IDENTIDADE, GÊNERO E  
RAÇA EM ADOLESCENTES CIS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2024

MARIA YARA SOBREIRA SILVA

**INTERSECCIONALIDADES EM PROCESSOS DE IDENTIDADE, GÊNERO E RAÇA EM ADOLESCENTES CIS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

**Orientadora:** Profa. Me. Moema Alves Macedo

MARIA YARA SOBREIRA SILVA

**INTERSECCIONALIDADES EM PROCESSOS DE IDENTIDADE, GÊNERO E  
RAÇA EM ADOLESCENTES CIS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 26/06/2024

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: PROFA. ME. MOEMA ALVES MACÊDO

Membro: PROF. ME. JOEL LIMA JUNIOR

Membro: ESP. FRANCYELLY DA SILVA FELIX

# INTERSECCIONALIDADES EM PROCESSOS DE IDENTIDADE, GÊNERO E RAÇA EM ADOLESCENTES CIS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Maria Yara Sobreira Silva<sup>1</sup>  
Moema Alves Macedo<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo busca refletir sobre interseccionalidade em processos de identidade, gênero e raça em adolescentes cis negras no contexto escolar, considerando que a vivência dessas são perpassadas por fatores como o racismo e o sexismo, fazendo-as tentar se enquadrar ao padrão hegemônico. A metodologia adotada foi a revisão narrativa de literatura, buscando-se referências nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde, Scielo, Google Acadêmico e repositórios institucionais. A identidade é um aspecto mutável do sujeito que se apresenta de forma individual e/ou coletiva. A identidade coletiva, também conhecida como identidade social, é a identificação como parte de um grupo, como os raciais e de gênero. Esse processo é intensificado na adolescência, pela busca de inserção e aprovação social. Os sujeitos não pertencem exclusivamente a um único grupo, de modo que sua identidade também não é uma, sendo perpassada por diversos campos. Com isso, entende-se a necessidade de observar as pessoas a partir de uma visão interseccional que as considere de forma integral. Nesse contexto, as adolescentes negras não devem ser observadas apenas pela perspectiva de gênero e raça separadamente, mas sim através da intersecção entre elas. Considerando que o processo de identificação racial de adolescentes cis negras é perpassado por atravessamentos interseccionais relacionados à raça, ao gênero e à faixa etária, tem-se a escola como meio produtor de identidade que se baseia na estrutura dominante de modo a mantê-la, influenciando no processo de identificação das adolescentes negras.

Palavras-chave: Identidade negra. Identidade de gênero. Adolescência. Interseccionalidade. Contexto escolar.

## ABSTRACT

This study seeks to reflect on intersectionality in identity, gender, and race processes in black cis adolescents in the school context, considering that their experiences are permeated by factors such as racism and sexism, making them try to fit into the hegemonic pattern. The methodology adopted was a narrative literature review, searching for references in the Virtual Health Library, Scielo, Google Scholar, and institutional repositories. Identity is a mutable aspect of the subject that presents itself individually and collectively. Collective identity, or social identity, is the identification as part of a group, such as racial and gender groups. This process is intensified in adolescence by the search for social insertion and approval. Individuals do not belong exclusively to a single group, so their identity is not the same but is permeated by various fields. As a result, there is a need to look at people from an intersectional perspective that integrally considers them. In this context, black adolescents should not only be observed from the perspective of gender and race separately but through the intersection between them. Considering that the racial identification process of cis black adolescents is permeated by intersectional crossings related to race, gender, and age group, the school is seen as a means of producing identity that is based on the dominant structure to maintain it, influencing the identification process of black adolescents.

Keywords: Black identity. Gender identity. Adolescence. Intersectionality. School context.

---

<sup>1</sup>Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: mariayarasilva@gmail.com

<sup>2</sup>Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: moema@leaosampaio.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

A identidade se constitui enquanto processo, estando passível de mudanças conforme os fatores sociais, históricos e culturais em que se percebe o indivíduo. Assim, durante os diferentes momentos da vida, o sujeito encontra novos aspectos que a compõem (Ciampa, 1989). Dessa forma, percebe-se, também, que as relações são essenciais para o desenvolvimento dela, sendo responsáveis pela inserção do sujeito em grupos identitários, como a família, por exemplo, mas não só ela, visto que no correr da vida o sujeito vincula-se a outros grupos de acordo com a forma que sua identidade está sendo moldada.

Isto posto, tem-se que a adolescência é um período do desenvolvimento no qual se busca uma diferenciação da família, o grupo social que, até então, mais lhe representa. Este artigo percebe a adolescência a partir de uma perspectiva crítica, como uma construção social e não natural, apontando para a construção da identidade na adolescência como um dos desafios a serem enfrentados pelos jovens nesse processo desenvolvimental (Barbosa-Silva; Pereira; Ribeiro, 2021). Além disso, cabe ressaltar que a questão do pertencimento no sentido de identidade grupal do adolescente apresenta-se como uma questão de identidade social e coletiva, construída a partir da forma que o sujeito se percebe e se apresenta com relação aos outros.

Entre as várias possibilidades de identidade, existe a identidade racial, que pode ser compreendida como um componente da identidade social (França; Monteiro, 2002), sendo esta definida enquanto reconhecimento de si como parte de uma comunidade. A construção da identidade racial negra se perfaz como um movimento político em oposição à ideologia de branquitude dominante que aponta para uma identidade brasileira una, pautada em um processo de mestiçagem enquanto possibilidade de apagamento de fenótipos reconhecidos como negros e discutidos por Munanga (2003), como sendo propícios à disseminação de uma suposta “identidade nacional”, baseada no mito da democracia racial.

Cabe salientar que, pensando a construção desse aspecto na realidade brasileira, há necessidade de destacar as bases coloniais que sustentam a história do país, considerando que a identidade racial é uma característica social da identidade do sujeito, construindo-se a partir das vivências individuais, coletivas e históricas dele.

Observando a identidade racial em formação na adolescência, faz-se necessário falar sobre o papel desempenhado pela escola nesse processo formativo, de modo que ela pode se apresentar positiva ou negativamente, valorizando ou estigmatizando a identidade negra. De

acordo com Santos (2020) existem discussões mostrando que a estrutura das instituições de ensino brasileiras é pensada de modo a excluir os estudantes negros.

Tendo em vista as questões interseccionais, pode-se afirmar que o processo de identidade racial negra no contexto escolar acontece de forma diferente para as adolescentes negras, visto que suas vivências são perpassadas por fatores relacionados ao racismo e ao sexismo. Segundo Hooks (2005) e Oliveira e Mattos (2019), existe uma tentativa de encaixar as mulheres negras em um padrão dito universal, o padrão dominante, branco, de modo que as mulheres negras necessitam adequar-se, principalmente pela via do alisamento de cabelos. Considerando que o padrão europeu é o homem branco, seguido pelo outro dele, que seria a mulher branca, então, a mulher negra se torna o outro do outro, sendo a construção da identidade racial da adolescente negra perpassada por esse reflexo.

A pesquisa surge a partir da minha inquietação para entender como a escola influencia no processo de racialização de adolescentes negras, devida ao fato de, enquanto uma mulher negra, eu ter me percebido enquanto tal apenas no percurso da graduação, o que me levou a compreensão de que o meio tem importância nesse processo identitário. Assim, entendendo o meio educacional como formador de identidade, dentre elas a identidade racial, busquei entender como esse processo ocorre no ambiente escolar para as adolescentes negras. Assim, me pautei em Gesser e Costa (2018), que afirmam que as adolescentes negras não se veem representadas positivamente no contexto escolar, tendo sua autoimagem afetada.

Além disso, não se encontram muitos artigos no âmbito da psicologia que considerem todas as variáveis enunciadas. Então, este estudo aparece como uma ampliação do conhecimento sobre a temática, tendo como problemática “como o contexto escolar pode produzir atravessamentos na construção de identidade racial em adolescentes cis negras?”, estimando-se que, com a compreensão desses aspectos, poderão ser pensadas estratégias para a criação de um ambiente escolar com uma estrutura equitativa e representativa para esse público.

Portanto, o estudo busca refletir sobre interseccionalidade em processos de identidade, gênero e raça em adolescentes cis negras no contexto escolar. Com esse intuito, procurou-se investigar a construção da identidade na adolescência, além de discutir sobre processos de construção de identidades racial e de gênero em adolescentes cis negras; bem como dialogar sobre meio escolar no processo de racialização delas.

## 2 METODOLOGIA

Este artigo é uma revisão narrativa de literatura, a qual permite uma ampla visualização da temática, não se utilizando de critérios específicos para a inclusão dos estudos. Possuindo caráter exploratório com abordagem de análise qualitativa (Rother, 2007). Para a coleta dos dados foram utilizados livros, artigos, teses e dissertações, nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde, Scielo, Google Acadêmico e repositórios institucionais. A busca dos dados se deu através dos seguintes termos chave: “identidade”, “adolescência”, “identidade racial negra”, “escola”, “interseccionalidade”, “gênero”. Os termos foram buscados de forma individual ou combinada.

A amostra do estudo foi constituída por 50 estudos científicos, das mais diversas categorias, que apresentaram relevância para a temática abordada. As literaturas levantadas tratavam de aspectos históricos e conceituais relacionados à identidade, gênero, raça e educação abordadas e relacionadas na pesquisa.

Os textos encontrados foram discutidos por meio de análise crítica. Iniciando por uma leitura flutuante de resumos dos textos científicos sobre o tema, encontrados nos bancos de dados. Seguido por leitura reflexiva dos textos selecionados a partir de objetivos gerais que estivessem de acordo com os objetivos desta pesquisa. Após, realizou-se a leitura informativa com elaboração de fichamentos dos textos selecionados após a leitura reflexiva, sendo destacadas as informações relevantes para discussão de acordo com os objetivos desse artigo científico (Marconi; Lakatos, 2004).

Os objetivos também são balizadores na construção dos tópicos desse trabalho, sendo apresentados dos mais específicos para os mais gerais: adolescência e processos de identidade, em seguida, prováveis influências do contexto escolar.

## 3 CONSTRUÇÃO DA ADOLESCÊNCIA: Identidade como parte

### 3.1 FENÔMENO SOCIAL DA ADOLESCÊNCIA

A adolescência é o período compreendido entre doze e dezoito anos (Brasil, 1990). Além disso, Leal e Facci (2014) apontam a adolescência como um período de transição da infância para a vida adulta. Contudo, essa concepção, apesar de ser aceita em larga escala, ainda é compreendida por muitos de forma naturalizante e biologizante, indicando-a como uma fase natural do desenvolvimento. Entretanto, é importante, também, destacar que a

adolescência é marcada por indicadores biológicos, que dão características adultas aos que antes eram infantes. Apesar disso, questões relacionadas à identificação e às vivências ainda diferenciam adolescentes de adultos.

Na verdade, a adolescência surge como fase da vida em decorrência de fenômenos no âmbito social, histórico e cultural moldados diante da revolução moral vivenciada na sociedade europeia industrial, quando, por necessidade do meio produtivo, precisou-se colocar as crianças na escola, dando acesso à educação escolar às classes menos privilegiadas da sociedade. Essa antes só era passada aos que tinham dinheiro e poder, a classe dominante (Leal; Facci, 2014; Ozella, 2002).

Dessa forma, é a partir da necessidade de especialização para o trabalho, devida ao avanço da tecnologia, que a escola surge como o meio que auxilia no processo formativo do jovem e posterga sua entrada no mercado de trabalho. A aproximação dos jovens de seus semelhantes e o afastamento da família surgem como consequências secundárias, forjando o surgimento de um novo grupo social, os adolescentes. Além disso, mesmo com a expansão do acesso da educação a outras camadas sociais, as vivências escolares ainda demarcavam diferenças de classe, já que a burguesia privilegiou-se de tais exigências da sociedade para manter seus filhos distantes do mundo do trabalho de forma justificada (Ozella, 2002).

Com isso, observando a adolescência como construção social, sabe-se que os fatores formadores dessa não são estáticos, sendo perpassados pela cultura referente a determinado tempo e espaço em que ela é vivenciada. A exemplo disso, Bock (2007) cita as características corporais, que, apesar de serem aspectos ditos naturais, são interpretadas de acordo com os significados atribuídos socialmente. Ou seja, os seios femininos, por exemplo, podem não serem concebidos como os melhores para amamentar uma criança, mas sim relacionados a aspectos sensuais, assim como os músculos masculinos que, em outro contexto histórico e cultural, eram cultuados como características importantes para a caça, por exemplo, mas atualmente são ligados também à sensualidade.

Isto posto, percebe-se que a adolescência é performada de diferentes formas em diferentes culturas (Leal; Facci, 2014), ou seja, não se pode universalizar as características relativas à “aquisição de maturidade”, como as crises e os conflitos na busca por autonomia, visto que são específicos da sociedade industrial moderna, visto que existem comprovações antropológicas de que algumas sociedades tratam como adultos aqueles que já passaram pela puberdade.

Já nas sociedades movidas pelo capital, o adolescente busca estabelecer-se enquanto um sujeito autônomo e diferente daqueles que o cercam de imediato, na maioria dos casos, a

família. Assim, a partir de um movimento dialético, o adolescente inicia um processo de abandono de velhos hábitos e aquisição de novos interesses, mudando não apenas fisiologicamente, mas também de forma psíquica (funções psicológicas) e social. Isto é, o sujeito passa por diversas transformações, podendo-se pensar que a identidade, constituída a partir das relações com o mundo, estará envolvida no processo. Isso significa dizer, para Vieira e Henriques (2014), que na adolescência, a partir das experiências vivenciadas e das interações com as pessoas e com o mundo que o cerca, os sujeitos constituem o seu processo de individuação, de formação da sua identidade.

### 3.2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ADOLESCENTE

A identidade é compreendida como o processo de constituição do sujeito de acordo com os aspectos que o faz ser quem ele é. No entanto, a identidade é, também, uma construção inacabada, sempre em movimento, de modo que não é, mas sim está. Identidade se constrói de acordo com as experiências vividas pelo sujeito, não se caracterizando enquanto uma essência, imutável (Maheirie, 2002).

Pensando na identidade desenvolvida na adolescência, percebendo-a enquanto um momento do desenvolvimento humano, apresentam-se os conceitos de Erikson (1972 apud Moraes, 2009) que apontam para a crise de identidade desse período, designando-a enquanto possibilidade de mudança e de transformação. Nessa fase, o adolescente passa por um conflito consigo mesmo, em um movimento inconsistente e desequilibrado, onde se depara com a transição da infância para a adultez, se perguntando sobre o lugar que se ocupa no mundo, encarando as diversas possibilidades de papéis sociais, valores e crenças, buscando corresponder às expectativas sociais de se tornar um adulto maduro e produtivo.

Vygotski (1996) também discorre sobre uma crise na adolescência, de modo a se assemelhar, em alguns aspectos, com a teoria da crise de identidade de Erikson. Para Vygotski a crise também implica mudanças, de caráter psicossocial, no sujeito, sendo construída aos poucos durante as fases anteriores da vida e culminando na adolescência. O ponto central da crise não são os aspectos emocionais, mas sim a inevitabilidade de redirecionar o desenvolvimento. Isto é, nesse momento do desenvolvimento do adolescente, surge a necessidade de modificar a rota, gerando-se conflitos internos e externos, perfazendo-se enquanto um processo revolucionário, dialético e adaptativo, no qual o sujeito, que não se sente mais representado por muito do que o representava antes, internaliza, de acordo com sua demanda atual, novas inclinações.

Ademais, a adolescência, é um momento crucial para o desenvolvimento da identidade, de modo que se aproxima e se distancia daqueles que os rodeiam, no quesito de identificação. Assim, entende-se que ao se definir enquanto algo, identificar-se, também se afirmar aquilo que não se é (Arpini; Quintana, 2003).

A identidade aqui tratada, como comentado anteriormente, não é considerada um aspecto que se molda de determinada forma e nunca será de outra maneira. Ela é um aspecto mutável do sujeito, que se forma a partir das vivências sociais, históricas e culturais. Contudo, a confusão é aceitável considerando que os sujeitos primeiro “são” idealizados por outros, desde o ventre sendo atribuídos a determinados papéis, que muitas vezes os acompanham ao longo da vida, como ser filho, por exemplo (Ciampa, 1989).

Outro ponto a se destacar é a constituição da identidade nos relacionamentos interpessoais. Ciampa (1989), discute que a identidade está relacionada com os papéis sociais vivenciados pelo sujeito, de modo que a relação social é, muitas vezes, inerente à identidade. Por exemplo, só se é pai, pois existe um filho e vice-versa, da mesma forma, se um filho descobre ser filho biológico de outra pessoa, sua identidade passa por uma crise, visto que agora não se é mais filho, apenas, da mesma pessoa, e a identidade será remodelada a partir disso. Assim, os papéis sociais e as expectativas sobre eles influenciam diretamente na formação da identidade.

Não se pode deixar de comentar sobre o papel da Mídia na construção da identidade do jovem. Já foi discutido sobre a adolescência como fruto das necessidades da sociedade capitalista. Agora se faz um recorte para o modo como o sistema se apropria dos meios de comunicação para vender um modelo de adolescência que lhe condiz, interferindo no processo de construção da subjetividade dos adolescentes. Ozella (2002) apresenta que o fornecimento de tal modelo pela mídia influencia a construção da identidade individual, não de modo que o adolescente apenas recebe as informações e as incorpora, como também, pode negar o que está sendo transmitido, moldando sua individualidade através de outras perspectivas.

Além disso, cita-se que muitos consideram como fatores inerentes a formação da identidade dos adolescentes a escolha de uma profissão, pois esta escolha está diretamente relacionada à vida adulta, constituindo um dos muitos papéis sociais ocupados pelo sujeito. Com isso, aponta-se que muitas das escolhas realizadas pelas pessoas na adolescência acarretam efeitos duradouros, que as acompanham pelo resto da vida, constituindo assim, também, aspectos da identidade do sujeito (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvaes, 2009).

Os papéis atribuídos socialmente aos sujeitos estão intimamente relacionados com as instituições sociais, Igreja, Escola, Estado e Família e, para cada uma delas, o sujeito aparece de uma forma diferente, pois os papéis exercidos são distintos. Ou seja, não podemos pensar em uma única identidade, mas sim em identidades, que se constituem enquanto uma totalidade unificada e, ao mesmo tempo, possuem uma diversidade de aspectos que a compreendem. Além disso, essas identidades são consideradas como identidade coletiva, pois perpassam determinado grupo (Ciampa, 1989; Naujorks, 2021).

Sabendo que as instituições contribuem para a formação da identidade, então, Moraes (2009) comenta sobre o papel da instituição escolar na construção da identidade dos adolescentes, considerando a identidade como um processo mutável. O adolescente no contexto escolar encontra-se perpassado por uma multiplicidade de fatores sócio-culturais, de maneira que, quando inserido nesse meio social, esse passa a ser visto a partir de suas particularidades, despindo-se de estereótipos de estudantes iguais, como apresentado pela ideologia dominante. Com isso, compreende-se a escola como um meio de interação social, no qual o aluno irá construir aspectos de sua identidade individual e coletiva, através de sua historicidade e, também, da historicidade dos outros, estruturando sua identidade nas questões de gênero, raça, classe social, dentre outros aspectos, sendo essas identidades de grupo.

Tal identidade de grupo ou identidade social se apresenta como uma sensação de pertencimento do sujeito a determinada camada da sociedade, identificando-se com aspectos que definem esse grupo, trazendo um sentimento de fazer parte dele. Dessa forma, Torres, Camino e Silva (2011), apontam que o desenvolvimento da identidade social, se faz enquanto um momento importante para o desenvolvimento do indivíduo, possibilitando uma imagem de si positiva. Com isso, o presente texto faz um recorte para a identidade racial e a identidade de gênero, como partes da identidade grupal.

### **3.2.1 Identidade racial na adolescência**

A identidade racial se refere à sensação de pertencimento a um determinado grupo racial, fazendo parte do conceito de identidade social (Santos, 2020). Assim, tal qual a identidade de modo geral, a construção da identidade racial na adolescência é influenciada pelos fatores socioculturais e econômicos, de modo que se busca uma identificação de acordo com os padrões impostos pela sociedade, através dos meios de comunicação, por exemplo.

O tipo de identidade racial a ser tratada nesse texto de forma mais abrangente é a identidade negra, contudo, não se pode deixar de falar sobre a identidade branca, haja vista ela

ser apresentada como a maneira correta de existir no mundo, influenciando a forma como as outras identidades raciais se moldam. Para Piza (2005), a branquitude opera de forma neutralizada e naturalizada, aparentando não existir, mas emergindo de um pacto silencioso, onde não se fala sobre pois se entende que esse é o padrão a ser seguido, de modo que o diferente disso deve sempre estar se afirmando.

Quando se fala na construção da identidade racial na adolescência, considerando o padrão dominante, deve-se pensar nos aspectos que fogem desse modelo, em específico neste trabalho as/os adolescentes negras/os. Em razão de que, diferentemente de adolescentes que atendem aos padrões, as/os adolescentes negras/os têm o seu processo de formação de identidade perpassado por fatores como a desvalorização de sua história e de sua cultura, tendo que lidar com desafios como o racismo e a discriminação. Dessa forma, esse processo de identificação é adverso, pois, mesmo com a tendência de buscar aceitação pessoal e social, há uma falta de representação e enaltecimento de si em aspectos coletivos e individuais (Cavalcante, 2019).

Isto posto, diz-se que a identidade negra surge como o reconhecimento de si enquanto pertencente ao grupo racial de pessoas negras, o que, não necessariamente, significa oposição ao branco, dado que a identidade negra se faz entre aproximações e distanciamentos da branquitude. Com isso, compreende-se que a identidade racial negra está além de uma identidade individual, sendo também uma identidade coletiva (Munanga, 2012). Isto é, a identidade negra se faz na individualidade, quando o sujeito se reconhece enquanto tal, mas não deixa de ser coletiva, pois a identificação se faz através de fatores históricos e culturais, bem como em contato com outras pessoas que pertencem a esse grupo específico.

Para Souza (2021), a raça exerce uma função simbólica na sociedade brasileira, constituída a partir da mistura de raças, de modo que essa serve como meio de categorização dos sujeitos de acordo com a sua pertença ao grupo dominante ou não. O grupo dominante, o branco, impôs o processo de inferiorização do negro com relação a si desde a escravização até a sociedade capitalista, na qual o negro ainda vive sob a ótica da subserviência e o branco sob a ótica da dominação. Nesse sentido, a autora aponta a construção de papéis em que se encaixam o branco e o negro, de modo que o lugar da dignidade é pertencente ao branco. Desse modo, percebe-se que o negro busca se distanciar da sua negritude, pois ela é atrelada a características negativas. Isso é fruto desse movimento de inferiorização, no qual o negro se viu preso por muito tempo, o que trouxe prejuízos a imagem que ele tem de si, trazendo o auto ódio e a autodepreciação.

Conversando com Carneiro (2023), tem-se que esses conceitos surgem como dispositivos de manutenção da hegemonia branca, trazendo interdições e epistemicídio à cultura negra, anulando e reprimindo o conhecimento e a subjetividade do povo negro. De modo a produzir o afastamento e a negação de si e de sua cultura, bem como a submissão à ideologia dominante. Nesse contexto, Fanon (2008) complementa citando o “complexo de dependência”, uma falsa concepção de que os povos colonizados, não brancos, e tudo o que se relaciona a eles, são inferiores aos colonizadores, na tentativa, muitas vezes bem-sucedida, de estabelecer que o sucesso dos primeiros é vinculado à intervenção dos segundos.

Voltando à discussão à adolescência, sabe-se que, com todos os marcos a serem vivenciados, sejam os de caráter biológico ou social, as/os adolescentes negras/os ainda têm de lidar com o racismo iminente à sua existência, nos diversos espaços em que eles estão inseridos. Esse racismo, acontece de forma velada, trazendo consequências para o desenvolvimento da identidade de si enquanto uma pessoa negra. Martins e Silva (2018) destacam o racismo à brasileira, cordial, onde não se fala sobre o racismo e há falta de representatividade nos meios de comunicação, os livros didáticos não apresentam referências negras, bem como são poucos os professores negros, de forma a aparentar que essa camada da sociedade é inexistente ou ao menos uma minoria, quando na verdade existe um apagamento. Em consonância a isso Ferreira e Camargo (2011) falam sobre como o negro desde cedo convive com ideologias que reforçam o “erro” das características negras e o enaltecimento do ideal branco-europeu, fazendo com que ele não se aceite e se valorize, buscando atingir esse padrão inalcançável.

Nesse sentido, entende-se que a educação se constitui enquanto um meio pelo qual se faz possível a construção de uma identidade negra positiva, na qual se busca aproximação e valorização das raízes e da cultura etnico-racial. É viável inserir novas práticas e acrescer o currículo, visando a prática de uma educação decolonial e contra colonial, possibilitando o intercâmbio cultural no ambiente escolar, não trazendo discussões de cunho etnico-racial apenas em datas específicas como o dia dos povos indígenas e o dia da consciência negra, expandindo a efetivação das leis que tornam obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena (lei n. 10.639/2003 e lei n. 11.645/2008). Ademais, a identidade negra positiva não se constrói apenas no meio escolar, devem se envolver nessa luta, a família, as sociedades organizadas e a militância para estender essa discussão para além dos muros da academia (Fernandes; Souza, 2016; Ferreira; Camargo, 2011).

Outra identidade social coletiva marcante para a adolescente negra, é a identidade de gênero, pois essa também tem atravessamentos de processos opressores e eurocentrados,

marcados por questões culturais mascaradas em falsas justificativas biológicas, conforme será discutido a seguir.

### **3.2.2 Identidade de gênero na adolescência**

A definição de gênero está pautada no âmbito cultural, não se definindo pelo sexo biológico do sujeito, mas sim pelas vivências psicossociais dele. Além disso, o gênero se pauta nos papéis sociais atribuídos ideológica, cultural e historicamente ao homem e à mulher. Tais papéis vão se construindo ao longo da vida e moldando a identidade pessoal, de modo que pode se adequar ou rejeitar o que é imposto. Assim, ressalta-se a identidade de gênero, que se refere ao reconhecimento que o sujeito tem de si, de acordo com as questões sociais definidoras do gênero. Desse modo, tem-se a cis e a transgeneridade, a primeira ocorre quando se reconhece no gênero social dado através do sexo biológico e na segunda quando o sexo biológico não define o modo como o sujeito se identifica socialmente (Gonçalves; Gonçalves, 2001). Esse artigo não se aprofunda no quesito da transgeneridade considerando que este tem diversos atravessamentos de opressão e enfrentamentos que cabem serem discutidos em texto específico.

Quanto às representações de ser homem e ser mulher na sociedade, Couto (2010), destaca que por muito tempo os homens foram visualizados através da ótica do empreendedor e provedor, enquanto a mulher era visualizada como submissa, dedicada e que possuía a função do cuidado, sendo inerente a ela ser mãe. Apesar das lutas feministas, que buscam romper com esse ideário sobre a mulher, ainda se tem essas concepções como universalizadas. Nesse sentido, o homem e a mulher, via de regra, são percebidos em uma relação hierárquica, na qual a segunda é inferiorizada em referência ao primeiro. Nessa seara, há ainda, os atravessamentos impostos pela orientação sexual e cisgênero, sendo o homem cis heterossexual posto enquanto modelo ideal de humanidade.

O gênero é concebido como uma construção social e teve auxílio das lutas feministas para romper com as concepções tradicionais, de modo a desnaturalizar as diferenças entre homens e mulheres, possibilitando uma compreensão mais abrangente sobre o gênero, considerando as vivências individuais e coletivas, evitando generalizações simplistas fundamentadas em estereótipos (Nogueira, 2001). Isto posto, tem-se que tais estereótipos de gênero, bem como a relação de dominação entre homens e mulheres, aparecem enquanto bases para os mais diversos tipos de violência de gênero existentes. Dentre eles, Soihet (2002) fala da violência simbólica, a qual se refere às normas culturais e sociais impostas como meio

de oprimir as mulheres, barrando a autonomia feminina e sustentando a estrutura vigente de poder.

Com isso, sabe-se que o processo de construção da identidade de gênero é perpassado por relações de poder, que se inscrevem nos vínculos entre as pessoas. Portanto, é importante tratar das relações de gênero na adolescência, já que é possível observar uma grande influência dessas no desenvolvimento psicossocial dos jovens, pois os papéis de gênero se inscrevem de forma simbólica na formação do sujeito. Sobretudo no ambiente escolar, com vistas a seu papel enquanto uma instituição social que visa a manutenção da estrutura social vigente, moldando os estudantes de acordo com os papéis de gênero apontados pela sociedade (Couto, 2010).

Traverso-Yépez e Pinheiro (2005) realizaram uma dinâmica com oito adolescentes de uma comunidade periférica, onde foi percebido explicitamente marcadores de gênero nas falas dos participantes, de modo que tanto as meninas quanto os meninos tinham introjetado em suas falas um discurso sexista quando falavam sobre comportamentos que eram tidos como coisa de menina ou de menino. Dessa forma, as autoras apontam interferências das perspectivas de gênero na socialização dos adolescentes, bem como no seu processo de subjetivação, impactando no seu desenvolvimento, com vistas a absorção dos marcadores, fazendo com que as relações desenvolvidas sejam atravessadas por essas questões. Esses marcadores que influenciam na formação de identidade em adolescentes, tornam-se mais complexos quando interseccionados raça e gênero.

#### **4 INTERSECCIONALIDADE E SUBJETIVAÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DA MULHER NEGRA: pistas para processos de subjetivação e identificação de adolescentes cis negras**

Collins e Bilge (2021) destacam o conceito de interseccionalidade como a junção de marcadores sociais que interagem entre si, moldando a forma como as pessoas se percebem e se apresentam à sociedade. As autoras ainda destacam essa intersecção enquanto uma forma de perceber a complexidade das experiências humanas, considerando as diversas categorias que as perpassam. Neste artigo, considera-se duas categorias principais, o gênero e a raça, destacando, também, um recorte etário, o período da adolescência.

Considerando narrativas interseccionais, compreende-se que o processo de subjetivação da identidade racial negra ocorre de modo diferenciado para o homem e mulher negros. Desse modo, entende-se que, por conta da sociedade, as mulheres possuem suas

vivências perpassadas por questões estéticas, tendo atravessamentos específicos para as mulheres negras. Segundo Costa (2018), os padrões de beleza impostos pela sociedade às mulheres apresentam que o belo se concentra em características caucasianas, de modo que se endeusa os cabelos lisos e alinhados, os traços finos, como nariz e lábios, bem como a pele clara, aspectos não pertencentes à população negra, ou seja, o negro é enquadrado na categoria do feio, não belo.

A partir disso, as mulheres negras são marcadas pela rejeição das próprias características em detrimento do enaltecimento das características do outro, que se mostram mais atrativas para se adequar aos padrões brancos da sociedade. Na tentativa de se enquadrar nos padrões brancos de beleza, as mulheres negras, muitas vezes, realizam tratamentos capilares, como o alisamento de cabelos, por exemplo, na busca de apagar e/ou diminuir sua negritude (Hooks, 2005; Oliveira; Mattos, 2019).

No período da adolescência, as meninas negras não estão isentas de tal sentimento de negação da negritude, haja vista este ser um período em que se busca adequação e inserção em grupos de amigos, por exemplo. Dessa forma, as adolescentes negras percebem procedimentos capilares, como o alisamento, como o meio pelo qual elas serão aceitas e vistas, mesmo que não apaguem o sofrimento por não ajustá-las ao padrão, põe-nas mais próximo dele (Santos *et al.*, 2023).

O cabelo é observado como uma forma de expressão da identidade. De acordo com Oliveira e Mattos (2019) e Santos *et al.* (2023) é possível perceber o processo de transição capilar vivenciado por mulheres negras como uma possibilidade de reaproximação e redescobrimto de si, proporcionando o empoderamento das mesmas. Dessa forma, cria-se, também, uma rede de compreensão coletiva, na qual a menina/mulher negra percebe que não está sozinha no processo, trazendo a segurança necessária para que ela se identifique como mulher negra.

Apesar de aspectos estéticos terem um peso significativo, existem outros aspectos político-ideológicos que perpassam o processo de subjetivação e criação da identidade da menina/mulher negra a serem tratados a seguir.

Observando o imaginário social, tem-se a ideia de que o corpo da mulher negra está relacionado à sensualidade, de modo que abusos sexuais são legitimados. Em consonância a isso, aponta-se para a objetificação e sexualização da mulher negra presente nos mais diversos meios da sociedade, de modo que a mesma e seu corpo são apresentados como uma forma de entretenimento masculino. Consolidando-se, assim, uma violência simbólica sobre a mulher negra que é endeusada no quesito da sexualidade, mas, em outros contextos, é rechaçada pelo

sistema. A partir disso, pode-se inferir que a mulher negra é retirada do lugar de mulher, já que as mulheres (brancas) estão relacionadas à santidade, ou seja, tendo-se a mulher branca como referência, a mulher negra é posta em um não-lugar, na inadequação, possuindo dificuldades para sua construção identitária (Gonzalez, 1984; Costa, 2018).

As mulheres negras são pensadas a partir da perspectiva do patriarcado branco, ou seja, quando as mulheres buscam afirmação de sua identidade negra elas precisam romper barreiras, buscando novas formas de poder ser em um mundo que rechaça a sua existência. O dito anteriormente se consolida como uma das questões em comum para o processo de subjetivação da mulher negra, contudo, é válido ressaltar que este não ocorre da mesma forma para todas, haja vista as individualidades que não podem ser desconsideradas (Lima; Lima; Oliveira, 2022).

O lugar social da mulher negra é subalternizado e estereotipado, relacionado a categorias consideradas inferiores no quesito de trabalho e profissionalização, por exemplo, onde as mulheres negras são associadas a trabalhos que necessitem de pouca ou nenhuma qualificação. Nesse sentido, considerando o processo de subjetivação da identidade racial das adolescentes negras, tem-se que elas buscam distanciar-se dessa categoria esperando não corresponder às expectativas, de modo que serem reconhecidas nesse lugar não é uma opção, com vistas às poucas possibilidades que lhe são dadas. A partir disso, as adolescentes negras tendem a carregar consigo a desvalorização de si e daqueles com quem elas se parecem, na busca de diferenciar-se e caminhar para um lugar diferente daquele ao qual elas estão destinadas (Miranda, 2004).

Assim, considerando a adolescência como um período de transformações da identidade, perpassado por diversos fatores, como a mídia e a escola, por exemplo, no qual se busca aprovação e inserção em grupos identitários, tem-se que as adolescentes negras passam por vivências específicas buscando meios para sobreviver no sistema racista e sexista que impõe modos de ser impossíveis de serem alcançados por elas, tendo que buscar meios de ressignificar suas vivências e sobreviver ao sistema, distanciando-se de sua negritude (Santos *et al.*, 2023). E é aqui que chegamos no ponto central dessa discussão, onde se busca, no próximo tópico, debater sobre influências da escola nesse processo de adolescentes negras.

## **5 GÊNERO E PROCESSOS DE RACIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES CIS NEGRAS: reflexões sobre o contexto escolar**

Apesar de ser considerada o meio pelo qual se possibilita a transformação social e o combate ao preconceito (Gesser; Costa, 2018), compreende-se a escola como uma das instituições responsáveis pela manutenção de uma conjuntura social racista e sexista, tendo em vista o seu papel essencial na produção da identidade dos sujeitos que a frequentam.

Em se tratando da identidade negra, a escola vem carregada de desafios para esse processo de identificação, tornando o processo identitário um caminho espinhoso, perpassado pelo despreparo dos professores, pelas inconsistências curriculares, bem como pelo racismo, que acompanha o percurso escolar de pessoas negras desde a educação infantil, trazendo consequências para os seus outros estágios de vida e escolares. A exemplo disso, pode-se dizer que crianças que sofrem racismo podem se tornar adolescentes passivos, silenciosos e tímidos como consequência, se prolongando para a adultez caso o preconceito racial não cesse ou a pessoa o ressignifique (Ferreira; Camargo, 2011).

No entanto, esse não é o único delineamento para o racismo vivenciado. Carneiro (2023) aponta estratégias de resistência do povo negro que partem de múltiplas formas de expressão. Enfatizando a resistência através do processo educativo, a autora discute o papel essencial da educação para a emancipação individual e coletiva do povo negro, desde que esteja fundamentada em práticas que favoreçam a valorização da diversidade cultural e dos saberes afro-brasileiros.

Ponderando o racismo que perpassa o cotidiano das escolas brasileiras, tem-se-no como uma violência que se configura de maneira estrutural e sistêmica, de modo que não se resume à esfera do racismo individual nem do racismo institucional, se fazendo a partir das estruturas sociais, políticas e econômicas que agem integralmente para manter a ordem social racista. Com isso, percebe-se o processo de naturalização do racismo através dos mais diversos meios, tornando-o algo comum na sociedade, passível de ser tratado como normal e aceitável (Almeida, 2019).

Nesse estudo salienta-se a concepção institucional do racismo, que apresenta a manutenção das relações raciais por meio do poder que emana da camada dominante da sociedade. Isto posto, tem-se que essa estrutura de poder, dominação e desigualdade racial do branco com relação ao não branco não se apresenta de modo exclusivo nas relações entre os sujeitos, ela surge, também, nas instituições. Dessa forma, cita-se a escola como uma das bases da manutenção e disseminação do racismo institucional, haja vista esta ser comandada pelos grupos raciais dominantes que visam a promoção de seus interesses político-ideológicos e econômicos, criando condições para que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de

poder da branquitude se tornem a regra a ser seguida, excluindo outras formas de ser (Almeida, 2019).

Isto posto, tem-se que a sociedade brasileira se fez sobre uma estrutura racista disfarçada, visto que se entende que não existe segregação entre negros e brancos, orgulhando-se de uma suposta “democracia racial”. Contudo, o que se pode afirmar quanto às questões raciais no Brasil é o silêncio, de modo que se esconde e se nega o racismo, agindo de forma institucionalizada e cordial, se camuflando entre “piadas” e “brincadeiras” de cunho racial, direcionadas, principalmente, a características fenotípicas (cor da pele e traços negróides) dos sujeitos (Pinto; Ferreira, 2014).

Com base no dito anteriormente, Gomes (2002) aponta para a existência do racismo velado pertinente ao processo educacional de pessoas negras, apenas por serem negras, a exemplo de algumas dificuldades de aprendizagem serem consideradas como indisciplina. Desse modo, a educação escolar exclui e segrega os/as negros/as, dificultando o processo identitário, já que ser negro, na sociedade atual e em todo o percurso histórico do Brasil, é um estigma. Com isso, tem-se que a escola colabora com a permanência de adolescentes negras/os em um não-lugar, naturalizando as desigualdades raciais.

Ademais, entendendo-se que a adolescência é marcada, também, pelas questões de gênero de diversas formas, e que as adolescentes, em sua maioria estão inseridas no contexto escolar, fala-se sobre o papel da escola no quesito de reprodução das violências de gênero sofridas cotidianamente pelas meninas, em que elas são subalternizadas e postas como inferiores quando comparadas a homens. Ressalta-se a elementaridade do ambiente escolar, enquanto uma instituição social, para a consolidação das diferenças entre os gêneros, buscando moldar os corpos para agirem de acordo com o que é imposto socialmente. A escola aqui citada abrange todo o corpo escolar, pois é nas relações com este que vão se delineando o papel de homem e de mulher, bem como o estabelecimento da percepção hierárquica dos gêneros (Couto, 2010).

Partindo da perspectiva interseccional, o processo educacional das adolescentes negras é perpassado pela junção desses marcadores, colocando-as em um lugar inferiorizado. Nesse sentido, Dartora (2018) aponta para a percepção das adolescentes negras no contexto escolar como o outro do outro, a partir do processo de objetificação de seus corpos, fruto da sociedade patriarcal somada ao racismo. Assim, a autora apresenta que as meninas negras percebem-se desde muito jovens em segundo plano com relação às meninas brancas, não servindo para relacionamentos sérios nem para assumir vagas de modelo, por exemplo. Com isso, observa-se que seus discursos e seu processo identitário são atravessados pela

compreensão de si enquanto símbolo de sexualidade e sensualidade imposto, contudo ainda se encontrando distante dos padrões de beleza.

A escola, como mantenedora da estrutura social vigente, aparece enquanto um ambiente desfavorável às vivências interseccionais das adolescentes negras, contribuindo para uma trajetória educacional difícil, podendo culminar em evasão escolar e em desafios para a inserção no mercado de trabalho, de certo modo aprisionando-as em uma “Senzala Simbólica” (Dartora, 2018). Em consonância a isso, Pereira (2022) aponta a escola como um ambiente propício para reprodução de estereótipos, controle e docilização dos corpos, especificando-se as adolescentes negras, esta atua na construção de suas subjetividades, moldando suas perspectivas de futuro. Apesar disso, a autora aponta que em quesitos acadêmicos, indo contra as expectativas do sistema, algumas das adolescentes que participaram de seu estudo conseguiram romper as barreiras impostas, prosseguindo seus estudos para além do ensino médio, ou mesmo não desistindo de cursá-lo.

Um estudo desenvolvido por Moreira (2014) com seis adolescentes negras e pobres em uma escola expõe como resultados a percepção dessas adolescentes sobre questões relativas ao sofrimento vivenciado por conta dos preconceitos racial e de gênero dentro da própria instituição, em que a escola percebia as violências sofridas por elas, mas não fazia nada com relação a isso. Sob essa ótica, a autora apresenta que as adolescentes negras sofrem com o esvaziamento de suas experiências, limitando-as à cor da pele e ao tipo de cabelo, sendo estigmatizadas e duplamente vitimizadas, pelo preconceito racial e pela violência de gênero.

Além disso, percebe-se a escola como um meio reprodutor do racismo institucional, seja quando fecha os olhos para o preconceito que ocorre em seu espaço físico, seja com a matriz curricular que ignora a cultura afro-brasileira. Bem como das violências de gênero quando corrobora com ideais machistas e sexistas da sociedade. Ademais, aponta-se para aspectos relativos à falta de representatividade para as meninas negras no ambiente escolar, verifica-se que a representatividade muitas vezes não se dá de forma interseccional, apenas aparecendo professoras do gênero feminino, mas não negras. Apesar disso, a escola como um meio formador de identidade tem a capacidade de influenciar a formação de uma identidade negra positiva para as adolescentes negras a partir da adoção de medidas que visem combater o racismo e o sexismo, e sua intersecção, no ambiente escolar (Silva, 2005; Cintra; Weller, 2021; Pereira. 2022).

Pensando em práticas que contribuam para um ambiente escolar comprometido com a promoção da identidade negra positiva para as adolescentes, Cintra e Weller (2021) apontam

que a escola é o ambiente ideal para a construção de um diálogo efetivo sobre as afro-brasilidades, de modo a contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico de meninas negras, para que elas passem a se perceber e conscientizar de seu potencial transformador. Assemelhando-se a isso, Moreira (2014), aponta para a necessidade de mudanças no âmbito educacional, visando a reconfiguração de práticas ideológicas estigmatizadas que impõem experiências de rejeição e exclusão.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa buscou realizar uma investigação sobre as questões relacionadas ao processo de formação da identidade racial em adolescentes cis negras considerando as influências do ambiente escolar para esse processo, apontando para os aspectos referentes a raça, ao gênero e a faixa etária, através de uma abordagem interseccional. No desenvolver do estudo foi abordado a partir de uma visão crítica o fenômeno social da adolescência e a formação das identidades individual e social (de raça e de gênero) nesse período da vida, seguido pela apresentação das questões interseccionais inerentes ao processo de subjetivação da identidade racial da mulher negra, abordando a relação entre os aspectos raciais e o gênero.

Visando contribuir para as discussões sobre a temática, foram analisados estudos que demonstraram experiências vividas pelas adolescentes negras no ambiente escolar considerando o seu processo de identificação através de questões de raça e gênero, observando-se o meio educacional enquanto um agente que pode influenciar o processo de racialização das adolescentes negras de forma positiva ou negativa, dependendo das medidas educacionais adotadas neste contexto.

Os dados obtidos para esta pesquisa apontaram para a necessidade do ambiente escolar realizar práticas diferentes das adotadas atualmente que estão em prol de manter a estrutura racista e sexista presente na ordem social. Por meio dessas formas de opressão, as meninas/mulheres negras têm seu processo de subjetivação marcado por uma autoimagem negativa, com vistas a imposição, pela sociedade e instituições mantenedoras, de um padrão eurocêntrico de beleza, de contar a história, etc., fazendo urgir a necessidade de uma reformulação das práticas pedagógicas.

Dessa forma, é preciso a instituição de atividades educativas decoloniais e contra coloniais que não se pautem em medidas do patriarcalismo, envolvendo todo o corpo escolar, para que possa contribuir, assim, com o processo positivo de identificação e racialização das adolescentes negras. Tais práticas podem aparecer como uma maior representatividade dentro

do ambiente escolar, com mais professoras negras, por exemplo, e mudanças no currículo que objetivem a valorização da cultura e dos simbolismos negros. Com isso, busca-se se valer do papel da instituição escolar como um transformador social para promover a equidade e exaltar as identidades das adolescentes negras, através de uma atuação dos diversos atores do meio escolar.

A partir desse estudo, espera-se que haja contribuições para avanços referentes às práticas educativas comprometidas com a justiça social no âmbito da intersecção entre a raça e o gênero, servindo de base para pesquisas futuras no campo da psicologia e da educação. Por fim, afirma-se o compromisso ético-político com uma educação antirracista, inclusiva e equitativa, que possibilite que as adolescentes negras se percebam enquanto sujeitos potentes e capazes de ser agentes efetivos em sua própria história.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ARPINI, Dorian Mônica; QUINTANA, Alberto Manuel. Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 20, p. 27-36, 2003.
- BARBOSA-SILVA, Larissa Horácio; PEREIRA, Álvaro Itaúna Schalcher; RIBEIRO, Francisco Adelton Alves. Reflexões sobre os conceitos de adolescência e juventude: uma revisão integrativa. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 1, e026, Jan/Abr 2021.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 11, p. 63-76, 2007.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Brasília: Diário Oficial da União**, 1990.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.
- CAVALCANTE, Kellison Lima. A construção da identidade negra no espaço escolar: percepções e discussões. **Cadernos Cajuína**, v. 4, n. 3, p. 9-19, 2019.
- CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia.CODO, Wanderley.(orgs) **Psicologia Social: O homem em movimento**. Editora Brasiliense, 8º edição, 1989, p 57-75.
- CINTRA, Éllen Daiane; WELLER, Wivian. Jovens negras no Ensino Médio público e privado: leituras interseccionais sobre suas vivências e percepções do racismo. **Educar em Revista**, v. 37, p. e76051, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, Ana Luísa Saraiva. Padrões de beleza e racismo na construção da identidade de mulheres negras. **Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA**, 2018.

COUTO, Maria Aparecida Souza. Masculinidades e Feminilidades: A construção de si no contexto escolar. **Revista Aurora**, v. 4, n. 1, 2010.

DARTORA, Ana Carolina. A experiência social das adolescentes negras na escola pública e os treze anos da lei 10.639/03: ideologia e a PEC 55. *In*: OLIVEIRA, Ligia Ziggotti de; CUNHA, Josafá Moreira da; KIRCHHOFF, Rafael dos Santos (Ed.). **Educação e interseccionalidades**. NEAB-UFPR, 2018, p. 63-73.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** (R. Silveira, Trad.). Salvador, BA: EdUFBA, v. 24, 2008.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 103-120, 2016.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 31, p. 374-389, 2011.

FRANÇA, Dalila Xavier; MONTEIRO, Maria Benedicta. Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos. **Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 293-323, 2002.

GESSER, Roselita; COSTA, Cleber Lázaro Julião. Menina Mulher Negra: construção de identidade e o conflito diante de uma sociedade que não a representa. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 26, n. 1, p. 18-30, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: revista de estudos de literatura**, v. 9, p. 38-47, 2002.

GONÇALVES, Marllon Caceres; GONÇALVES, Josiane Peres. Gênero, identidade de gênero e orientação sexual: Conceitos e determinações de um contexto social. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba**, janeiro-fevereiro de 2005.

LEAL, Zaira Fátima Rezende Gonzalez. FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. *In*: **Adolescência em foco**: contribuições para a psicologia e para a educação, 2014, p. 15-44.

- LIMA, Ludmilla Lis Andrade de; LIMA, Fátima; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de. Mulheres negras, subjetivação e trauma colonial: bem viver e futuridade. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. Ed. Especi, p. 60-77, 2022.
- MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, v. 7, n. 13, p. 31-44, 2002.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004
- MARTINS, Kegislânia Ferreira; SILVA, Cristiane Sousa da. O processo de (des) construção da identidade negra na escola: o olhar de professores e alunos em uma escola do município de Quixadá-ce. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. Ed. Especi, p. 215-237, 2018.
- MIRANDA, Maria Aparecida. **A beleza negra na subjetividade das meninas “um caminho para as mariazinhas”**: considerações psicanalíticas. 2004. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MORAES, Luciene Aparecida Souza Silva. Identidade do adolescente na contemporaneidade: contribuições da escola. **TransFormações em Psicologia (Online)**, v. 2, n. 1, p. 86-98, 2009.
- MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães. Discriminação racial e de gênero: Desafios de jovens adolescentes negras no espaço escolar. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ. 2003.
- NAUJORKS, Carlos José. Teorias da identidade e correspondência identitária. **Psicologia em Revista**, v. 27, n. 1, p. 265-284, 2021.
- NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e discurso do gênero na psicologia social**. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2001.
- OLIVEIRA, Aryanne Pereira de; MATTOS, Amanda Rocha. Identidades em transição: Narrativas de mulheres negras sobre cabelos, técnicas de embranquecimento e racismo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 2, p. 445-463, 2019.
- OZELLA, Sérgio. Adolescência: Uma perspectiva crítica. *In*: CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; KOLLER, Sílvia Helena; BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos. (ORGS). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Conselho Federal de Psicologia, p. 16-24, 2002.

PEREIRA, Kátia dos Santos. **Socialização e interseccionalidades no ensino médio: reflexos sobre adolescentes negras em duas escolas de Pelotas-RS**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 2, p. 256-266, 2014.

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. *In: Simpósio Internacional Do Adolescente*. V. 1, 2005, São Paulo. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000082005000100022&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000100022&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 05 de Abril 2024.

ROTHER, Edna Terezinha. Análise sistemática × Análise narrativa. **Acta Paul Enferm**, 2007, 20 (2): vi.

SANTOS, Gabrielle Christine; BRISOLA, Elizabeth Brown Vallim; MOREIRA, Diva; TOSTES, Guilherme Wykrota. Impacto do racismo nas vivências de mulheres negras brasileiras: um estudo fenomenológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e249674, 2023.

SANTOS, Géssica dos. "Ser uma pessoa preta é difícil!" A construção da identidade negra e percepções sobre estereótipos e preconceitos por pré-adolescentes das séries finais do Ensino Fundamental. **Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**, São Francisco do Conde, 2020.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Desenvolvimento da identidade em adolescentes estudantes do ensino médio. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, p. 326-333, 2009.

SILVA, Maria Aparecida. Um olhar sobre a representação da escola para as mulheres negras adolescentes.. *In: Simpósio internacional do adolescente*, 2., 2005, São Paulo. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000082005000200094&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000200094&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: Maio de 2024.

SOIHET, Rachel. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 7-26, 2002.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Zahar, 2021.

TORRES, Ana Raquel Rosas; CAMINO, Leoncio; SILVA, Khalil da Costa. Grupo social, relações intergrupais e identidade social. **Psicologia social: temas e teorias**, p. 215-239, 2011.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha A.; PINHEIRO, Verônica de Souza. Socialização de gênero e adolescência. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, p. 147-162, 2005.

VIEIRA, André Guirland; HENRIQUES, Margarida Rangel. A construção narrativa da identidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 27, p. 163-170, 2014.

VYGOTSKI, L. S. Paidologia del adolescente. *In: Obras Escogidas* – Vol. IV : Psicología infantil. 2 ed., Madrid: Visor, 2006, p. 10-248.